

Mulher e testemunho das (im)possibilidades de lembrar, esquecer e dizer

Mujer y testimonio De las (im)possibilidades de recordar, olvidar y decir

Monica Vasconcellos CRUVINEL
Universidade de Campinas (UNICAMP)
(Mulheres em Discurso)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo problematizar o estatuto do testemunho como discurso político que (re)clama a urgência de uma escuta pública para restituir um espaço de memória e de dizer, justamente onde a linguagem e o sujeito foram violentamente interditados. Estabelecemos um diálogo teórico entre a Análise do Discurso, a Teoria Literária e os Estudos de Gênero. O *corpus* é constituído por testemunhos de prisioneiras e ex-prisioneiras políticas, que participaram como combatentes e militantes do Partido Comunista do Peru - *Sendero Luminoso*, na guerra interna que viveu o país. As análises demonstram como estas mulheres conseguiram elaborar suas perdas, durante os anos de confinamento, a través de processos de subjetivação y práticas de resistência realizadas em “trincheira” (prisão), sustentadas por relações de fratria. Ao testemunharem se inscrevem na história, reivindicam uma memória e enfrentam o desafio de lembrar, esquecer e dizer o que é (im)possível, com a expectativa de romper com o silêncio que lhes foi imposto.

PALAVRAS-CHAVE: Sendero, Discurso, Feminismo.

RESUMO: Este trabajo tiene como objetivo problematizar el estatuto del testimonio como discurso político que (re)clama la urgencia de una escucha pública para restituir un espacio de memoria y de decir, justamente donde el lenguaje y el sujeto fueron violentamente interditados. Establecemos un diálogo teórico entre el Análisis del Discurso, la Teoría Literaria y los Estudios de Género. El *corpus* es constituido por testimonios de prisioneras y ex-prisioneras políticas, que participaron como combatientes y militantes del Partido Comunista del Perú – Sendero Luminoso, en la guerra interna que vivió el país. Las análisis demuestran cómo estas mujeres consiguieron elaborar sus pérdidas, durante los años de confinamiento, a través de procesos de subjetivación y prácticas de resistencias realizadas en “trincheras” (prisión), sustentadas por las relaciones de la fratria. Al testimoniar se inscriben en la historia, reivindican una memoria y enfrentan el desafío de (re)cordar, olvidar y decir lo que es (im)posible, con la expectativa de romper con el silencio que les fue impuesto.

PALAVRAS-CLAVE: Sendero, Discurso, Feminismo.

Introdução

Hemos hecho historia! Escrito la historia! Esa, tarde o temprano saldrá, porque el pueblo no se olvida, sino que hoy, por las circunstancias de represión, por la persecución, tiene temor en decir...

(Ex-prisioneira política peruana)

Recebido em 25 de setembro de 2015.
Aprovado em 30 de novembro de 2015.

Entre as décadas de 80 e 90 do século XX, muitos países da América Latina viveram momentos de grande expectativa e excitação com a “transição” dos governos ditatoriais civis-militares para os tão sonhados Estados “democráticos”. Foram anos em que assistimos a muitos de nossos líderes de esquerda do Cone Sul, entrando para a vida política legal e assumindo as eleições como possibilidade e via legítima de gerir suas nações através do voto direto.

Neste período, em muitos países latino-americanos, diversos movimentos sociais, sindicatos, ligas camponesas, grêmios estudantis, movimentos feministas, organizações de bairro, movimentos étnicos, organizações de intelectuais e de artistas convulsionavam os países em protestos e marchas contra a corrupção nas filas das forças armadas, contra a crise socioeconômica que atravessava boa parte do continente e contra a desigual distribuição de terras e de renda. Estes protestos também denunciavam as atrocidades, os assassinatos e o terror do Estado exercido pelos governos militares, com financiamento de parte das nossas sociedades locais civis e dos Estados Unidos (CRUVINEL, 2014).

Nós, latino-americanos(as), assistimos em um misto de alívio e esperança à formação de Assembleias Constituintes e o anúncio de eleições diretas. Vislumbramos a possibilidade de vivermos, enfim, em “democracias”. Neste período, mais especificamente, em 17 de maio de 1980, no dia das primeiras eleições presidenciais democráticas no Peru, após 12 anos de ditadura militar, o Partido Comunista do Peru – *Sendero Luminoso*¹ decretava guerra contra o Estado e iniciava suas ações armadas na

Figura 01: Militante



Fonte: Taller Arte y Artesanía Nueva Semilla

¹ Segundo Taylor (1980, pp. 42-43), o Partido Comunista do Peru (PCP) sofreu sua primeira cisão em 1964, quando uma fração maoísta, liderada por Saturnino Paredes formou o PCP-*Bandera Roja*. Em 1967, o PCP-*Bandera Roja* sofreu uma nova ruptura que deu origem ao PCP-*Patria Roja*. Em 1970, o

região centro-sul do país; uma região camponesa na serra andina, esquecida pelo governo peruano.

A princípio, o novo governo eleito, a mídia, os políticos da esquerda legal e grande parte da sociedade, principalmente os limenhos, não deram importância ao que acontecia na província de Ayacucho e atribuíam os frequentes ataques na região a ladrões de gado ou a estudantes de esquerda fanáticos, os quais não conseguiriam empreender uma revolução armada.

O tempo revelou outras verdades. Segundo Gorriti (2008), *Sendero Luminoso* era um partido político organizado, que havia se preparado durante 10 anos para a reconstituição do partido e para luta armada. Criou, neste período, escolas populares em diversas províncias e nos bairros mais pobres. Gerou organismos e frentes de lutas importantes: de mulheres, camponeses, jovens, trabalhadores, intelectuais e estudantes, com participação ativa da população mais oprimida do país.

Com uma direção compacta, formada basicamente por intelectuais que haviam estudado e investigado de forma detalhada a situação econômica e social do Peru e a situação revolucionária no mundo e, contando com alguns dirigentes que haviam se preparado na China comunista do pós-guerra, esta direção venceu a linha “revisionista” e “direitista” do partido. Eles investiram na formação ideológica e militar de seus membros, criaram o Exército Guerrilheiro Popular e mostraram grande organização e visão estratégica na constituição de seus quadros em âmbito nacional. (REINOSO; REVOREDO, 2015).

O caráter personalista e messiânico do PCP, que construía discursivamente a imagem heroica de Abimael Guzmán, líder do partido, como futuro presidente de uma ditadura do campesinato e do proletariado, juntamente com discursos doutrinários e com a politização e conscientização da população mais explorada do país, conferiram uma significativa penetração aos militantes nas zonas mais pobres do Peru e uma grande adesão das camadas camponesas, trabalhadoras e estudantis.

Os próprios documentos do partido (BORJA, 1989) mostram que o plano era de

PCP-*Bandera Roja*, já com o futuro líder de *Sendero Luminoso*, Abimael Guzmán, como secretário, dividiu-se em dois: *Bandera Roja* e *Sendero Luminoso*. Começa, então, a reestruturação do PCP em 1980, com a retomada dos princípios de luta armada como única via para tomar o poder, que tinha como consigna “por el luminoso sendero de Mariátegui”. A partir de 1978, militantes do *Patria Roja*, do *Puka Lacta*, da *Vanguardia Revolucionária* e do *Movimento de Izquierda Revolucionaria MIR* passaram a integrar os quadros do PCP-*Sendero Luminoso*, que iniciaria a revolução armada no país em 1980.

uma guerra popular de longa duração, como foi a Revolução Cultural empreendida por Mao Tsé Tung, na China, a partir dos anos 30 do século passado. Uma guerra adequada às especificidades do Peru e sua sociedade e em conformidade com as ideias defendidas pelo pensador peruano, José Carlos Mariátegui. A direção de Sendero Luminoso e seus membros deram início a uma guerra violenta, que visava à tomada do poder do campo para a cidade e da periferia das cidades para o centro - com as seguintes formas de luta: guerrilha, sabotagem, propaganda, agitação e aniquilamento seletivo (PCP, 1988).

O papel da mulher peruana durante a guerra foi fundamental.² Segundo dados da Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru, doravante CVR, 40% dos militantes de Sendero Luminoso eram mulheres e 50% da direção do partido era constituída também por mulheres.

Neste artigo, analiso os processos de subjetivação e sujeição dos sujeitos mulheres de minha pesquisa, as quais viveram e ainda vivem em estados de exceção, ou seja, são incluídas na norma pela exclusão (AGAMBEM, 2010). Para isso, problematizo o estatuto do testemunho como discurso político, que (re)clama a urgência de uma escuta pública, para restituir um espaço de memória e de dizer, justamente onde a linguagem e o sujeito foram violentamente interditados. Também procuro mostrar como as prisioneiras políticas do Peru, militantes do PCP exercem contínuas práticas de resistência que (re)significam seus corpos, o espaço físico da prisão e o espaço simbólico que ocupam na sociedade.

O objeto de análise são testemunhos que constituem narrativas de si. As mulheres narram, na medida do (im)possível, experiências traumáticas e dolorosas, experiências de luta contra os poderes hegemônicos e experiências de resistência às interpelações ideológicas (en)gendradas, reiteradas, realizadas tanto pelo Estado como pelo próprio Partido Comunista do Peru. O *corpus* de análise deste artigo é constituído por testemunhos escritos de prisioneiras políticas, testemunhos gravados e transcritos de ex-prisioneiras políticas, testemunhos que circulam na mídia e uma amostra da produção artística do *Taller de Arte y Artesanía Nueva Semilla*, oficina de artes

²O papel da mulher foi e é fundamental em toda América Latina, desde a colonização, processos de independência, períodos de ditadura, até os dias atuais. As mulheres latino-americanas sempre estiveram presentes nas lutas e reivindicações sociais em nosso continente (CRUVINEL, 2013). O feminismo latino-americano, junto com o feminismo negro e lésbico norte-americano e o feminismo pós-colonial, diferenciam-se de alguns feminismos norte-americanos e europeus que tem uma abordagem mais culturalista e não consideram as questões da classe e raça nas discussões de gênero que estabelecem.

plásticas das prisioneiras.

Serão utilizados fragmentos de diferentes discursos, de diferentes enunciadoras, as quais não serão identificadas, uma vez que a Análise do Discurso materialista não trabalha com o sujeito empírico, mas sim com o sujeito do discurso. Para Zoppi-Fontana (1997, p. 35), o sujeito do discurso seria “um sujeito que não é origem do discurso, mas onde, necessariamente os processos discursivos se realizam, através de uma relação de identificação do sujeito enunciator com o sujeito universal ou forma-sujeito de uma dada formação discursiva”. Esta relação de identificação que interpela e constitui o sujeito enunciator enquanto sujeito ideológico define uma posição discursiva ao sujeito, no caso do presente trabalho, a posição de mulher, ex-militante do Partido Comunista do Peru, prisioneira-política, a qual testemunha o que viu e o que viveu durante a guerra.

Considero relevante deixar circular os testemunhos de mulheres participantes do processo revolucionário no Peru na década de oitenta, os quais constituem uma das muitas memórias da guerra interna. Memória interdita, silenciada e invisibilizada, sistematicamente, pelo Estado peruano e seus Aparelhos Ideológicos, inclusive, pela Comissão da Verdade e Reconciliação, que não tinha entre seus integrantes nenhum representante do PCP ou das outras organizações que se levantaram em armas nos anos da guerra.

Estes testemunhos não nos deixam esquecer os horrores de uma guerra, tampouco as possibilidades de resistir e lutar contra os poderes hegemônicos que, nos Estados modernos da contemporaneidade, excluem da norma determinados sujeitos, através da exceção (AGAMBEN, 2010). Testemunhos como fragmentos de uma história que, ainda que não sejam simbolizados ou simbolizáveis, são como fissuras por onde escapa o passado. Um passado que, segundo Gagnebin (2010, p. 185) “insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, sob a forma de dor e tormento. Um passado que não passa”.

Os testemunhos honram a memória dos mortos e conservam a dos vivos. São o índice da lembrança, não apenas dos mortos e desaparecidos na guerra interna do Peru, mas também dos mortos e desaparecidos em toda América Latina, durante os períodos de colonização, na maquinaria da escravidão, durante as ditaduras civis-militares ou, nos supostos estados “democráticos” da atualidade - simulacros de Estados de Direito,

onde assistimos boquiabertos ao espetáculo da corrupção, do conservadorismo, da inconstitucionalidade, da exceção, da violência do Estado e das frequentes interferências das potências imperialistas nas políticas dos países da América Latina. Assistimos atônitos, às novas formas de golpes que as bancadas conservadoras de nossos congressos, constituídas por conhecidos políticos da direita e também por antigos militantes de nossas esquerdas, junto com a mídia, com as grandes corporações e as instituições financeiras mundiais, aplicam às nossas frágeis democracias, as quais seguem servindo aos interesses do capital internacional.

2. Mulheres

Segundo testemunho de prisioneiras, ex-prisioneiras e exilados políticos do Peru, concedidos a mim durante meu trabalho de campo no Peru e na Suécia, entre os anos de 2012 e 2015, as tarefas e ações desenvolvidas por militantes e combatentes de *Sendero Luminoso* eram atribuídas de acordo com o perfil e habilidades do sujeito e não por critérios de gênero. Nesta perspectiva, mulheres e homens participavam de várias ações. Nos documentos do PCP³, mulheres e homens deveriam, de maneira organizada, hierarquizada, clandestina e sistemática desenvolver atividades na luta armada.

Segundo Gorriti (2008), faziam pichações e passavam volantes sobre a “guerra popular⁴” em forma de propaganda. Assaltavam minas, quartéis e delegacias para conseguirem armas e explosivos. No campo, invadiam as grandes propriedades, dividiam a colheita entre todos da comunidade e, muitas vezes, aniquilavam os proprietários. Destruíam instituições bancárias e qualquer organização que representasse interesses de corporações internacionais e/ou imperialistas. Assassinaravam as autoridades locais, seus inimigos, traidores e delatores. Explodiam torres elétricas, pontes e saqueavam grandes comércios. Todas as ações eram planejadas para a destruição do poder vigente e a criação de um novo Estado – uma ditadura do proletariado e do campesinato.

³ “Somos los iniciadores” (1980), “Hacia las guerras de guerrillas” (1980) e “Desarrollar la guerra popular sirviendo a la revolución mundial” (1981) disponíveis em: <http://www.pagina-libre.org/MPP-A/MPP.html>

⁴ “Guerra Popular do Peru” é a designação que os documentos do Partido Comunista do Peru – Sendero Luminoso e seus militantes e combatentes dão ao processo revolucionário.

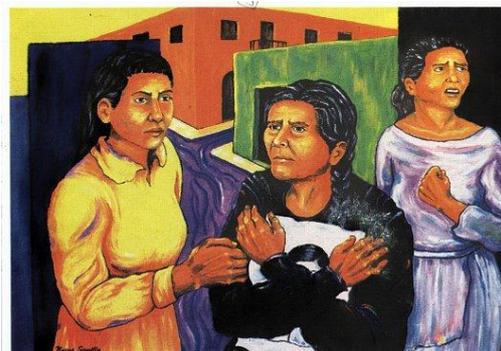
Se o número de mulheres militantes era grande entre os quadros de Sendero, o número de mulheres envolvidas direta ou indiretamente na guerra também surpreende. Segundo a CVR, 45% das vítimas da guerra foram mulheres. Entre os 55% de vítimas que eram homens, em idade entre 20 e 49 anos, 75% deles eram casados. Assim, em um Peru devastado pela violência, as mulheres assumiram a economia familiar e foram as principais agentes de busca e denúncia dos mortos, desaparecidos ou torturados, vítimas do terror do Estado.

A direção do Partido Comunista do Peru, bem antes da guerra estourar, já demonstrava saber, pelas experiências revolucionárias anteriores e também pelo conhecimento que tinham da sociedade peruana e da opressão que a mulher sofria nela, que o papel da mulher durante a guerra seria decisivo para a conquista do poder. Em 1976, publicam o documento “El marxismo, Mariátegui y el Movimiento Femenino” e já anunciam que a politização e a participação das mulheres no processo revolucionário seria fundamental. No presídio de Chorrillos, em 2012, uma prisioneira política, referindo-se ao trabalho de conscientização que o Movimento Feminino Popular fazia no período da guerra me disse: “Se ganabas la mamá, ganabas a todos de la familia!”

Carol Andreas (1986) afirma que *Sendero Luminoso* soube entender a condição das mulheres peruanas, principalmente das mulheres camponesas e indígenas as quais, desde a colonização espanhola e, posteriormente, com o processo de expansão do capitalismo, tinham ficado submetidas de forma violenta aos homens e ao trabalho no campo. Desse modo, quando combatentes conquistavam uma zona, o partido já estabelecia normas de conduta e moral bastante rígidos, entre as quais figuravam a punição ao alcoolismo, ao adultério e à violência contra a mulher, inclusive com fuzilamentos.

As medidas punitivas e coercitivas nas “zonas liberadas”, os grandes processos de críticas e autocríticas nos comitês populares, o Movimento Feminino Popular, o papel de liderança que algumas mulheres combatentes exerceram e o esclarecimento de

Figura 02: Militantes



Fonte: Taller Arte y Artesanía Nueva Semilla

homens e mulheres, nas escolas de formação, sobre a dupla opressão que sofriam as mulheres camponesas e trabalhadoras e a necessidade de se conquistar a emancipação da mulher através da luta revolucionária, foram fatores que contribuíram para a grande adesão feminina nos quadros de Sendero. Abaixo, fragmento de um testemunho de uma prisioneira política, que ratifica a hipótese defendida por Carol Andreas:

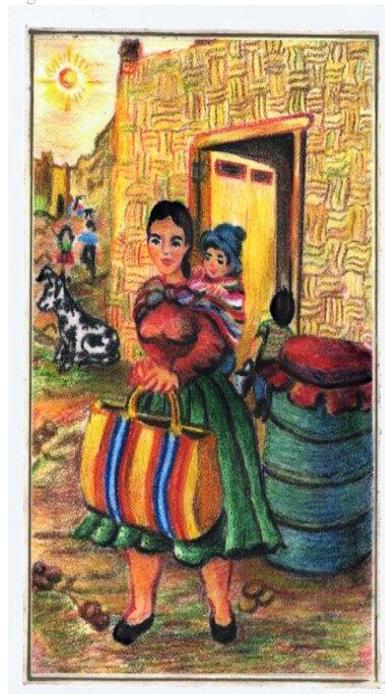
Toda la responsabilidad de la casa, de los hijos, recae sobre la mujer; a parte de tener que salir a trabajar [...], yo también tenía que cocinar, lavar ropa, atender a mi niño, además de atender al esposo, que el esposo tenga la comida caliente, la ropa planchada y que encuentre la casa arreglada. Esto era la regla general para toda mujer en mi país, así era formada la mujer. Yo llegaba a sentir remordimientos si por alguna reunión sindical yo no cumplía con mis “tareas del hogar”. Fue el Partido Comunista del Perú, el que me hizo comprender que el papel de la mujer no se reduce a ser reproductivas de la especie, que la mujer no existe para ser la esclava del hogar, o ser considerada un ser inferior; los compañeros me hablaron de por qué la mujer debía luchar por su propia emancipación pero no en forma aislada, sino que para la mujer logre su verdadera emancipación debía luchar por la revolución que emanciparía al proletariado y al pueblo en general. Fue ahí que leí “Emancipación de la Mujer” del gran Lenin, y tuve una comprensión más amplia del papel que debía desenvolver la mujer en un proceso revolucionario.

Esta narrativa nos mostra, por um lado, a urgência de Sendero Luminoso em incluir a mulher no processo revolucionário - por outro, como este mesmo processo revolucionário conferiu a muitas mulheres trabalhadoras um grupo de pertença no qual puderam (re)conhecer a condição da mulher peruana naquele momento histórico e incorporar a revolução na busca por sua emancipação. Tanto o documento do Partido Comunista do Peru que aborda a questão da mulher (1976), como os próprios testemunhos evidenciam que o projeto comunista de *Sendero Luminoso*, fundamentado na literatura marxista clássica, visava à emancipação da mulher a partir de uma perspectiva econômica. Para prisioneiras e ex-prisioneiras políticas do PCP, a condição de dupla opressão e exploração a que a mulher é submetida na sociedade capitalista é compreendida como resultado da instauração da propriedade privada e seria superada com a instauração de uma ditadura do proletariado, período de transição para se chegar a uma sociedade sem classes (TALLER DE ARTE Y ARTESANÍA NUEVA SEMILLA, 2009, 2010).

Juliet Mitchell (2008, p. 208) afirma que a condição da mulher ao longo da história é resultado da combinação de várias estruturas como produção, reprodução, sexualidade, socialização das crianças e não apenas da estrutura econômica. As próprias dificuldades que as mulheres militantes e combatentes do PCP encontraram para participar da luta armada mostram que a explicação econômica e classista não é suficiente para compreender a subordinação das mulheres aos homens, em diversas sociedades, em diferentes contextos históricos. A seguir, algumas questões que apareceram em minha pesquisa e que se alinham ao pensamento de Mitchell.

A primeira delas é o fato de ser, na grande maioria dos casos, a mulher militante a responsável por buscar proteção para seus filhos ameaçados por agentes do Estado. Geralmente, as crianças ficavam a cargo também de outra mulher (irmã, mãe, cunhada, amigas).

Figura 03: Mãe e Militante



Fonte: Taller Arte y Artesanía Nueva Semilla

Y aquellas mujeres que decidimos tener hijos, los hemos amado y cuidado hasta que las condiciones nos han permitido, hasta cuando ya no era posible mantenerlos a nuestro lado, no porque alguien nos hay ordenado dejarlos. ¡No! han sido las circunstancias la que nos han obligados a dejarlos con la familia. En mi caso, yo ya estaba siendo buscada, perseguida como animal salvaje, no tuvo otra alternativa, cuando me detienen me dicen: “estábamos esperando que llegaras a la casa donde estaba tu hijo, ustedes son como las logas que cuando tienen hijos siempre vuelven a la madriguera, tú en cualquier momento ibas a regresar a ver a tu hijo”

Outra questão relevante é que os próprios documentos⁵ do partido defendem o matrimônio e a monogamia entre casais heterossexuais militantes e condenam a homossexualidade.

⁵ Em meu trabalho de campo tive acesso a cópias dos documentos “Acta de matrimonio” e “La Relación de Pareja”, porém neles não consta o ano da publicação.

Por fim, as técnicas de docilização específicas para corpos femininos que o Estado peruano usou contra prisioneiras e ex-prisioneiras e as formas como elas resistiram e ainda resistem a estas técnicas mostram, com lentes de aumento, que só as estruturas econômicas não são capazes de explicar a condição a mulher ao longo da história. Gênero se mostra, portanto, “uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1989) e discursiva tanto quanto a categorias classe e raça.

2.1. Gênero como dispositivo de poder

Sem dúvida, gênero, além de ser uma categoria analítica importante, é um dispositivo⁶ de poder de subjetivação e sujeição do sujeito. Apesar de Foucault não ter estudado gênero como um dispositivo de poder, ter assumido em seus estudos genealógicos a sexualidade masculina como modelo universal de análise e ter demonstrado uma “vontade de não saber sobre as mulheres” (FUSS, 1989, p. 107) - suas ferramentas teóricas e analíticas são importantes para pensarmos o gênero como um dispositivo de poder, que ao longo da história subordinou as mulheres aos homens (LEACH; LLOMBART, 2009).

Nessa perspectiva, o pensamento de Judith Butler (2005, 2008), pode nos ajudar a compreender como o dispositivo de gênero produz e normatiza, de maneira compulsória, o masculino e o feminino em identidades e corpos inteligíveis, regulados por relações de poder. Segundo Butler (2007, pp. 160-161), este dispositivo se constitui como uma matriz de relações, que produz sujeitos generificados e nos permite compreender as condições de emergência do sujeito. A autora mostra como este processo de (en)gendramento não é intencional - é o dispositivo de gênero, anterior à emergência do humano, que torna (ou não) possível a intenção.

Em um diálogo com Althusser (2012) e com a Psicanálise, Butler (2001, 2007) também vai pensar os processos de constituição do sujeito a partir de uma interpelação ideológica (en)gendrada na qual, desde que a criança está no útero da mãe, através da ecografia, por exemplo, o discurso médico a transforma de um ser “neutro” a um sujeito

⁶ Para Foucault (2009, 244) dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] Entendo o dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

masculino ou feminino. Esta “interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, ao longo de vários intervalos de tempo, para considerar esse efeito naturalizado” (BUTLER, 2007, P. 161). A nomeação de um sujeito como mulher ou homem é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma. Um dispositivo que estabelece uma estratégia de dominação dos homens sobre as mulheres.

De acordo com Femenías (2009, p. 30-31), o Estado Moderno como “corpo”, conforme formulado por Hobbes, na Teoria do Contrato Social, é um “corpo de homens” - ou seja, os signatários do hipotético “Pacto Fundante” do projeto político da modernidade, eram homens, cujos corpos estavam reconhecidos e marcados sexualmente como homens. Desse modo, para a autora, os Estados modernos nascem patriarcais, ainda que John Locke tenha escrito seu *Tratado sobre o Governo Civil* para contestar as fundamentações patriarcais do Estado Monárquico. Na verdade, segundo Femenías, o que Locke contesta é o patriarcado monárquico e não o patriarcado *per se*, que é redefinido a partir da distinção público-privado. Para a autora, é na separação moderna entre as esferas pública e privada que se radica outro dos pilares da inferioridade “natural” da mulher e que se constroem e se repõem as dicotomias como homem/mulher, cultura/natureza, razão/emoção. Assim, ao mesmo tempo em que o espaço público constitui-se como o âmbito da palavra, da Lei e dos homens e seus iguais; o espaço privado constitui-se como o espaço para a mulher doméstica, reprodutora necessária para servir, como esposa, ao cidadão homem. Apesar das promessas de igualdade anunciadas pelo Iluminismo, em um Estado em que “*todos os homens nascem livres*”, neste mesmo Estado “*todas as mulheres nascem escravas*”. O Contrato Social, com seu implacável dispositivo de gênero, ao garantir as liberdades civis de todos os homens, determina a submissão de todas as mulheres. Nesta esteira, todo o aparato estatal moderno ocidental, vai constituir sujeitos “engendrados”, de forma que as “mulheres” sejam exaustivamente inferiorizadas e submetidas.

3. “Todavia falta por aqui”: o estado de exceção e o corpo feminino

De acordo com Borja (2009, p. 23), em 1982, o Estado peruano inicia a guerra contrarrevolucionária. Forças armadas, policiais e paramilitares reagem também com violência, com auxílio dos Estados Unidos. A chegada da repressão nas zonas em que o

PCP atuava, cindiu a população e instalou uma sangrenta guerra civil no país. Foram excessos de todos os lados. O Horror. O terror. A exceção.

Povoados inteiros foram assassinados, centenas de camponeses sequestrados, milhares de mulheres e crianças violadas, milhares de mortos e desaparecidos, genocídio de prisioneiros políticos em quatro presídios e o estabelecimento de campos de aniquilação e tortura para derrotar o inimigo interno, subversivo, o tão temido “terrorista”. Conforme nos esclarece Borja (2009, pp. 11-12), era o início da aplicação da Guerra de Baixa Intensidade (Low Intensity Conflict), doutrina militar de Defesa Nacional, desenvolvida pelos Estados Unidos na guerra contra o Vietnã, que teve seu apogeu nas ditaduras militares da América Latina (décadas de 60 e 70), para conter o avance comunista na região.

De 1980 a 1992 o Peru vive, então, uma guerra interna cruel e devastadora. De um lado um Partido Comunista, com uma liderança de caráter messiânico, que havia investido na formação ideológica e doutrinária de militantes, os quais “sabiam” os “custos da guerra” e que estavam “dispostos” a sacrificar as próprias vidas e as vidas de seus oponentes na conquista pelo poder, com muito sangue e violência revolucionária⁷. Do outro lado, o Estado peruano e os Estados Unidos constroem discursivamente, com uma potente propaganda, a figura “terrorista” do inimigo interno e apagam, em âmbito nacional e internacional, o caráter de guerra revolucionária que vivia o país. Montam, conforme nos mostra Uceda (2004), verdadeiros campos de concentração, tortura e extermínio de militantes, familiares e simpatizantes de Sendero.

Figura 04: Filho e Mãe



Fonte: Taller Arte y Artesanía Nueva Semilla

[...] me llevan la DINCOTE. Yo he sentido morir a un compañero en la tortura... Nos sacaban todos los días... En la madrugada... Decían que nos llevaban al ejército... Decían, ¿no? Nos sacaban... a la tortura en la madrugada... nos golpeaban... Así, con su método científico que dicen ellos... para no dejar huellas... con esponjas... con trapos mojados... Nos llevaban a la playa... nos ahogaban... o nos...(SILENCIO) También hacían la tineada... o la colgada... lo que era más fuerte para quienes éramos madres era que... pudieran (SILENCIO) que se metieran con nuestros hijos... entonces a mí me tocó escuchar que lo llevaban a mi hijo ¿no? (SILENCIO) Lo llevaban a mi hijo a la tortura que en ese tiempo tenía 5 años (LLANTO). (Ex prisionera política)

⁷Por exemplo, o documento do PCP “Glória ao dia da heroicidade” (1987, p. 64), traz uma consigna muito utilizada nos documentos, nas propagandas e nas falas dos militantes: “La sangre no ahoga la revolución sino la riega!”

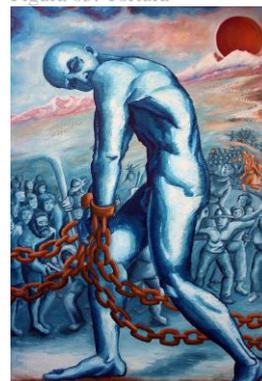
Analisar os testemunhos de mulheres militantes e combatentes do PCP, as quais participaram da guerra interna que viveu o Peru na década de 80, mostra como os Estados na América Latina, desde os períodos de colonização e escravidão, passando pelas guerras por independência, pelas ditaduras civis-militares e pelos processos revolucionários, utilizaram/utilizam espaços políticos cuja base jurídica não era/é o direito comum, mas sim campos de permanente exceção, onde se busca o aniquilamento da vida daqueles sujeitos indesejados na sociedade: sujeitos considerados abjetos, matáveis e insacrificáveis. Segundo Agambem (2010, p. 171):

O estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento, torna-se agora uma nova e estável disposição espacial, na qual habita aquela vida nua que, proporção crescente, não pode mais ser inscrita no ordenamento. O descolamento crescente entre o nascimento (a vida nua) e o Estado-nação é o fato novo da política do nosso tempo, e aquilo que chamamos *campo* é o seu resíduo. A um ordenamento sem localização (o estado de exceção, no qual a lei é suspensa) corresponde agora uma localização sem ordenamento (o campo como espaço permanente de exceção).

Considero, portanto, que os “porões” das delegacias, os espaços clandestinos montados pelo Estado peruano com objetivo de tirar informações de militantes do PCP durante a guerra⁸ e os presídios onde mulheres militantes e combatentes de Sendero Luminoso foram detidas, torturadas, estupradas, isoladas, impedidas de saírem das celas por anos e muitas assassinadas - como campos de concentração de permanente exceção, especializados na docilização de corpos femininos.

Espaços onde as sobreviventes das torturas foram condenadas por crime de terrorismo, por tribunais militares secretos, “sem rosto” (CVR, 2010), em que os supostos juízes estavam encapuzados ao proferirem as sentenças. Lugares privilegiados para o exercício da *biopolítica*, onde é possível ver, de maneira amplificada, a interpelação ideológica (en)gendrada, que condena duplamente as militantes mulheres: por serem insurgentes e por serem mulheres.

Figura 05: Tortura



Fonte: Taller Arte y Artesanía Nueva Semilla

⁸ Uceda (2004, p. 38), cita três locais utilizados pelo Estado peruano para o processo de “buscar-interrogar-executar-enterrar” homens e mulheres suspeitos de serem militantes de Sendero Luminoso: Mariscal Cárceres, a Casa Rosada e Los Cabitos.

Me llevaron a la comisaría, en medio de golpes pretendieron obligarme a que firme una acta de incautación, en la que decía que me habían encontrado dinamita en forma de “quesos rusos” y una bolsa con no sé cuantas cosas más. Me negué a firmar. Me llevan a una celda donde se encontraban otros detenidos[...] En medio de golpes me sacaron el pantalón y mi trusa, estaba en el suelo defendiéndome, gritando que era inocente, el polo puesto me lo suben a la cabeza; como se oían mis gritos me ponen un trapo dentro de la boca, escuché que decían: “Esta perra ni tragará, mira cómo está de flaca”. Los golpes con vara iban dirigidos a mis senos, piernas, pies; ahora pedían nombres. Eran como 17. En esa comisaría me violaron, empezaron arrancándome los vellos púbicos... Luego metían su mano en mi vagina para luego violarme sexualmente. [...] Lo que sí recuerdo es que, el último, levantó lo que cubría mi cara para mirarme, incluso uno de ellos no contento con lo que había hecho metió el cañon de su fusil por mi ano, diciendo: “Todavía falta por aquí.”

Nestes espaços de exceção, podemos observar, a partir dos testemunhos de sobreviventes, como a violência contra a mulher, naturalizada e silenciada nas sociedades contemporâneas em tempos de suposta paz, nos supostos Estados de Direito, aparece como instrumento sistemático de terror do Estado contra o inimigo nos tempos de guerra.

4. Mulher e testemunho

Benjamin (1994), em seu texto *O Narrador*, observa como os sobreviventes de uma guerra voltam mudos das trincheiras, impossibilitados de comunicar a experiência que viveram. Impossibilidade que se constitui tanto na interdição do próprio narrador em (re)viver a experiência dolorosa, enlutar suas perdas, selecionar o que pode ser dito do que não pode; como na dificuldade de se encontrar uma escuta. Há histórias que não queremos, não podemos ou não devemos contar, assim como histórias que não queremos, não podemos ou não devemos ouvir.

E usando um termo de Michel Pollak (2010), o que regula esta gestão da “memória indizível”? Meu trabalho de campo no presídio de

Figura 06: Na luta



Fonte: Taller Arte y Artesanía Nueva Semilla

segurança máxima feminina, onde se encontram as prisioneiras políticas condenadas por crime de terrorismo no Peru, foi imprescindível para eu compreender a importância política e histórica da transmissão da experiência de um processo revolucionário. Na prisão, pude ocupar a posição discursiva constitutiva do gênero testemunhal: a posição de quem escuta. De quem escuta, inclusive, os silêncios. Pude aprender neste espaço-tempo heterotópico, que nem sempre a batalha para a transmissão de um testemunho se dá entre a memória e o esquecimento.

As prisioneiras políticas do Peru não voltaram mudas da trincheira, até porque elas não saíram da trincheira. Seus silêncios vêm de muitos lugares. Para compreendê-los é preciso considerar que elas ainda estão sob os braços do Estado, que algumas já cumpriram suas penas e não saíram em liberdade, que pessoas continuam sendo presas por lutarem pelos direitos fundamentais dos prisioneiros(as) políticos(as), que o regime carcerário tem ficado mais duro para elas nos últimos anos e, principalmente, que no Peru não houve anistia e há ainda por volta de 300 prisioneiros(as) políticos no país. Acredito, então, que a gestão da memória indizível, no caso das prisioneiras políticas do Peru, além de passar pelas (im)possibilidades de se narrar o trauma que a psicanálise nos mostra, revela a disputa entre memórias antagônicas: a do Estado e a do Partido Comunista do Peru – *Sendero Luminoso*. Para Jelin (2002, p.6), “as memórias se constroem em cenários de luta entre atores com diversas narrativas contrastantes”.

Figura 07: Escultura



Fonte: Taller Arte y Artesanía Nueva Semilla

Soy una mujer que ha sobrevivido ha muchas situaciones difíciles que se vivieron en nuestro país. **Yo** quiero hacer memoria ahora que **muchos hablan de memoria**. No para confrontarme con nadie. Si no para decirles: “**Ustedes tienen su memoria y nosotros la nuestras. Y la mía en particular también**”. Quieren hacer memoria para oponerse a la solución política, a la paz ya la democratización? Está bien. Recordemos: en la Comarca fueron 69 masacrados por las fuerzas armadas, incluyendo niños; en Umaru 30; en Bella Vista 24; en Cayara 68; Los Cabitos 1.600 muertos y desaparecidos; Huambo y Huanbalpa, en enero de 1983, 14 y 19; en Uchuraccay 7 periodistas. Todos por las Fuerzas Armadas, y Madre Mía y el Rio Guayada? Y la Cantuta y Barrios Altos? Y el Frontón, Lurigancho y Callao? 250 en un solo día. Y no dinamitaron a los campesinos que mandaban a un nuevo poder? En la sierra? En lugares alejados? Y acá de Lima? Y no bombardearon pueblos campesinos enteros? Tanta cosas hicieron y la lista sigue. Quieren seguir haciendo memoria? No la de **ustedes**? Si no de todo lo que ocurrió en realidad? **Yo** quiero hacer memoria. La **mía**.

Este testemunho é público e bastante significativo. A ex-prisioneira política, explicita que são duas memórias que estão em disputa. A memória que ela trata como dela, em primeira pessoa (*Yo, mía*), é na verdade a memória do grupo ao qual ela pertence. É uma memória coletiva. Ela usa o **eu** no lugar de **nós** e isto fica claro quando ela narra as matanças que o Estado fez, não apenas contra ela, mas, principalmente contra o Partido Comunista do Peru e seus militantes, inclusive os genocídios em três presídios, em que foram assassinados aproximadamente 300 prisioneiros políticos em um mesmo dia.

Fica evidente que o interlocutor a quem se dirige a testemunha quando usa o pronome vocês (*ustedes*) é o Estado Peruano e os organismos internacionais que financiaram a guerra contrarrevolucionária. Quando ela pergunta se estas pessoas querem seguir fazendo memória podemos pensar tanto na Comissão da Verdade e Reconciliação, como no museu “Lugar da Memória, da Tolerância e da Inclusão Social”. Ambos cumprem o papel e o lugar da memória oficial dos vencedores.

Durante meu trabalho de campo com prisioneiras e ex-prisioneiras políticas, muitos foram os momentos de silêncios. Elas falavam em silêncios. Os instantes mais tristes dos testemunhos: mortes, torturas, estupros, perda dos filhos, genocídios – eram, de fato, (im)possíveis de serem narrados e colocados em palavras. Nestas horas, os silêncios eram acompanhados por lágrimas e soluços compartilhados. Da mesma forma, são inenarráveis algumas situações divertidas e emocionantes que vivi com estas mulheres durante os almoços no presídio, nas feiras, nos encontros coletivos, nas “polladas”, quando dançávamos juntas em uma festa ou em alguma apresentação artística. Nestas ocasiões, nossas risadas também compartilhadas, irrompiam os silêncios.

Quero deixar registrado um último testemunho que mostra como estas mulheres transformaram e (re)significaram o espaço da prisão em uma verdadeira trincheira de combate. Lugar em que elas estabeleceram relações fraternas que permitem a vida não seja reduzida à vida nua, apesar da exceção.

El ser humano se diferencia del animal porque es transformador de la materia; si bien es cierto estaba prohibido trabajar, nos ingeniamos para hacerlo, diariamente nos daban pan, así que le sacábamos la miga y trabajábamos con ella flores!, para darle color usábamos las bolitas de colores que venían en el detergente, hacíamos piezas de ajedrez y para darles color oscuro usamos cocoa; trabajamos las pepas de aceituna, se pulían en las paredes de cemento del baño o de la cama, y se transformaban en hermosos muñequitos; las pepas del melocotón se convertían en canastas pequeñitos; las cáscaras de pecanas eran convertidas en barcos; la familia nos traía chompas tejidos de diferentes colores, se destejían y los transformábamos en hermosos muñequitos tejidos con crochet; hechos de hueso o los primeros palitos de tejer se hicieron col las asas de los baldes. Por supuesto que teníamos que estar atentas para que no nos encuentre trabajando eso nos costaba hasta un mes sin patio, además de quitarnos la visita. Los castigos eran frecuentes, por ejemplo: un mes sin patio por no salir a cantar el himno nacional. Era una forma como pretendían someternos. Cuando esto ocurría organizábamos juegos, olimpiadas, campeonatos de ajedrez en todo el pabellón, cada una desde su celda.

No puedo decir que el aislamiento, el encierro, no fuera duro, sí, y nos ha afectado física y psicológicamente, pero lo hemos enfrentado y aprendimos a manejar la situación de tal manera que el daño pudo ser remontado. Con los años de carcelería (mínimo 18 has 24 años) y con sentencias hasta de cadena perpetua, seguimos luchando que se solucionen los problemas políticamente

5. Nós, da Universidade, suportamos isso?

Susan Sontag, em seu livro “Diante da dor dos Outros” (2003), faz uma reflexão sobre as fotografias de guerra e a maneira como elas são replicadas infinitamente pelas mídias contemporâneas. A autora mostra como as imagens são testemunhos do horror, que transformam a guerra em um espetáculo midiático a ser consumido com gozo por expectadores famintos. Sontag nos mostra como as imagens são sempre um convite ao olhar e que as legendas das fotografias de guerra parecem nos perguntar: “Você suporta olhar para isso?” (p. 3. 8/25).

Da mesma forma, os testemunhos de pessoas que participaram de uma guerra são convites à escuta. E há perguntas que insistem em retornar para mim desde que fiz meu trabalho de campo, no pavilhão de prisioneiras políticas, em um presídio feminino de segurança máxima, no Peru: Nós, da Universidade, suportamos escutar isso? O que podemos fazer com isso? Como fazer pesquisas em espaços de dor e violência sem vitimizar os sujeitos de pesquisa e sem usar o sofrimento de forma banalizada? Como mostrar o sofrimento e denunciar as violações de direitos humanos sem fazer da dor do outro um espetáculo e sem deixar de mostrar como os sujeitos resistem? Como deixar

falar os silêncios constitutivos destes testemunhos, sem preenchê-los com nossas próprias palavras e nossas análises e teorias, tantas vezes invasivas, autoritárias e violentas?

Acredito que como agentes do Estado, nós que fazemos pesquisas em universidades públicas, temos por dever escutar os testemunhos de guerras ou de períodos de violência. Precisamos escutar os grupos oprimidos em nossos países latino-americanos. Devemos abrir espaços para que circulem outras memórias. Precisamos denunciar toda forma de terror do Estado, qualquer estratégia política de criminalização das lutas sociais e toda violação de direitos humanos. Temos obrigação, como professoras e professores, de criar possibilidades para que nossos alunos e alunas, junto com toda sociedade, possam, por si mesmos, interpretar as muitas versões da história. Precisamos, assim, ampliar o conceito de testemunha:

Testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não retomá-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 57)

A guerra interna do Peru é uma história do tempo presente que ainda está sendo contada. Mas é fato que *Sendero Luminoso* foi derrotado. Considerando que a história é escrita pelos vencedores, de modo geral, por homens brancos, de uma elite que exerce o poder - o testemunho destas mulheres é fundamental para compreendermos este processo revolucionário, o papel desempenhado por elas no período, seus erros, seus excessos e suas conquistas. É imprescindível para que suas memórias se inscrevam também na história e possam circular sem interdições. É necessário que a voz da mulher latino-americana comum, ordinária, trabalhadora, camponesa, indígena e revolucionária circule nos espaços da Academia. Nós, da Universidade, não podemos tirar da ordem do memorável a história das resistências. A história das mulheres.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Edições Graal, 2012.
- ANDREAS, C. **Women at war**. NACLA Newsletter. New York, 1986. Disponível em: <https://nacla.org/article/women-war>
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BORJA, L. A. (Org.). **Guerra Popular en el Perú – El pensamiento Gonzalo**. Bruxelles: Luis Arce Borja, 1989.
- BORJA, L. A. **Memoria de una guerra: Perú 1980 – 2000**. Perú, 2009.
- BUTLER, J. **Mecanismos psíquicos del poder: teoría sobre sujeción**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.
- _____. Regulaciones de Género. **Revista La Ventana**, n. 23, 2005. Disponível em: [file:///Users/monicacruvinel/Downloads/Dialnet-RegulacionesDeGenero-5202651%20\(1\).pdf](file:///Users/monicacruvinel/Downloads/Dialnet-RegulacionesDeGenero-5202651%20(1).pdf)
- _____. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G. L. (Org.) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, 2007.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COMISIÓN DE LA VERDADE Y RECONCILIACIÓN DEL PERÚ, 2010. **Informe Final**. Disponível em: <http://cverdad.org.pe/ifinal/>
- CRUVINEL, M. V. (Des)locando (i)ma(r)gens: breve iconografia da trincheira. **Revista Linha Metra**, n. 24, 2014a, pp. 133-142. Campinas: Associação Brasileira de Leitura. Disponível em: https://linhamestra24.files.wordpress.com/2014/11/linha_mestra_24_19_cole_00_abertura_mesas.pdf
- CRUVINEL, M. V. **The skin I exist in / r-exist in** (comunicação oral e vídeo). IGALA 8th Biennial Conference – Shifting Visions: Gender, Sexuality, Discourse and Language. Simon Fraser University – Vancouver – Canada. Vídeo disponível em: <https://mulheresemdiscurso.wordpress.com/membros/monica-cruvinel/>
- FEMENÍAS, M. L. **Cuerpo, poder y violencia: algunas intersecciones**. In: TORNQUIST, C. *et al.* **Leituras de resistência: corpo, violência e poder. Vol. 1**. Ilhas de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Edições Graal Ltda., 2009.
- FUSS, D. **Feminism, nature & difference**. New York: Routledge, 1989.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GORRITI, G. **Sendero: historia de la guerra milenaria en el Perú**. Peru: Editorial Planeta Perú, 2008.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Argentina: Universidad de Buenos Aires, 2002.
- LEACHE, P.A; LLOMBART, M. P. Una lectura del género como dispositivo de poder. **Revista Sociológica**, año 24, número 70, may-agosto 2009, pp. 115-152. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/soc/v24n70/v24n70a5.pdf>

MITCHELL, J. Mulheres: a revolução mais longa. **Revista Gênero**. Niterói, v. 6, n. 2 – v. 7, n. 1, p. 203-232. Disponível em:

<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/352/264>

MORAES, M. L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Revista Crítica Marxista**. Volume 11. Campinas: Unicamp, 2000. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=11&numero_revista=11

PCP. **El Marxismo, Mariátegui y el Movimiento Femenino**, 1976.

PCP. **Somos los iniciadores**, 1980. Disponível em: <http://www.pagina-libre.org/MPP-A/PCP.html>

PCP. **Hacia las guerras de guerrillas**, 1980. Disponível em: <http://www.pagina-libre.org/MPP-A/PCP.html>

PCP. **Desarrollar la guerra popular sirviendo a la revolución mundial**, 1981. Disponível em: <http://www.pagina-libre.org/MPP-A/PCP.html>

PCP. **Bases de discusión para la línea política general del PCP**, 1988. Disponível em: <http://www.pagina-libre.org/MPP-A/PCP.html>

POLLAK, M. A gestão do indizível. WEB Mosaica – Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, v. 2, n. 1, 2010. São Paulo. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/webmosaica/article/viewFile/15543/9299>

REINOSO, A. & REVOREDO, E. **Memorias desde Némesis – 1993**. México: SM Servicios Gráficos, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: <http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TALLER DE ARTE Y ARTESANÍA NUEVA SEMILLA. **La mujer en la historia**, Chorrillos, 2009.

TALLER DE ARTE Y ARTESANÍA NUEVA SEMILLA. Primera exposición pictórica – Proyecto Mural “La Mujer en la Historia”. Chorrillos, 2010.

TAYLOR, L. Maoísmo nos Andes: Sendero Luminoso e o movimento guerrilheiro contemporâneo no Peru. In: **Sendero Luminoso**. São Paulo, 1988.

UCEDA, R. **Muerte en el Pentagonito: los cementerios secretos del Ejército peruano**. Colombia: Editorial Planeta Colombiana, 2004.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos Modernos – Discurso e representação política**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.